



## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

### RESOLUÇÃO N. 6, DE 25 DE MARÇO DE 1980

Cria a Subsecretaria de Registros e Informações Processuais e dá outras providências.

**O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido na Sessão Administrativa de 25 de fevereiro de 1980,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Fica criada na estrutura básica da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, fixada pela Resolução n.1, de 7 de janeiro de 1974, subordinada administrativamente à Secretaria Judiciária a Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, extinguindo-se a Subsecretaria de Classificação e Autuação de Processos Judiciais, prevista no artigo 1º, alínea “a”, item 1.1, da referida Resolução.

**Parágrafo Único.** O cargo em comissão de Diretor, Código TFR-DAS-101.2, atribuído à Subsecretaria de Classificação e Autuação de Processos Judiciais, constante do Anexo a que se refere o artigo 3º do Ato n.1/74, é destinado à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, criada nesta Resolução.

**Art. 2º** A Subsecretaria de Registros e Informações Processuais compete coordenar e dirigir as atividades referentes aos subsistemas de processamento eletrônico de dados na Secretaria de Tribunal, funcionando sob a supervisão e orientação técnicas da Coordenadoria de Informações e Processamento Dados do Tribunal Federal de Recursos e da Justiça Federal.

**Parágrafo Único.** Além da competência comum às demais Subsecretarias da Secretaria Judiciária, incumbirá à Subsecretaria de Registros e Informações Processuais:

1. Coletar e registrar todos os dados referentes às petições e processos judiciais no Tribunal;
2. Fornecer informações e relatórios solicitados pelos Gabinetes da Presidência, dos Ministros, dos Diretores-Gerais do Tribunal e do Conselho da Justiça Federal, bem assim pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, pelo Diretor da Secretaria Judiciária e pela

Coordenação de Informações e Processamento de Dados do Tribunal Federal de Recursos e da Justiça Federal, de acordo com as normas fixadas pelo Ministro Presidente, constantes dos manuais do sistema;

3. Manter relações com empresas vinculadas ao sistema de teleprocessamento de dados, coma DATAPREV (Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social) e quaisquer outras empresas, sempre que se fizer necessário, para a manutenção das linhas de transmissão e equipamentos.

**Art. 3º** A Subsecretaria de Registros e Informações Processuais terá a seguinte estrutura:

- I. Seção de Registros e Autuações
  - a. Setor de Registro
  - b. Setor de Autuações
- II. Seção de Análise e Classificação de Feitos
- III. Seção de Apoio ao Processamento de Dados
- IV. Seção de Transmissão
  - a. Setor de Digitação
  - b. Setor de Emissão
- V. Seção de Informações

**Art. 4º** Ficam criadas, na Categoria Direção Intermediária, Código TFR-DAI-111, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, as funções constantes do Anexo I, para atender os encargos da Subsecretaria de Registros e Informações Processuais.

**Art. 5º** São extintas, na Categoria Direção Intermediária, Código TFR-DAI-111, do Grupo- Direção e Assistência Intermediárias, as funções constante do Anexo II.

§ 1º As Seções de Distribuição e de Estatística, constantes do Anexo II, ficarão extintas somente na data prevista na parte final do artigo 10.

§ 2º O Setor de Baixa e Expedição, Código TFR-DAI-111.2 (NM), passa a integrar, a partir da vigência desta Resolução, a estrutura da Subsecretaria de Serviços Gerais, até ulterior deliberação.

**Art. 6º** As atribuições das unidades criadas nesta Resolução serão definidas por Ato baixado pelo Ministro Presidente.

**Art. 7º** A distribuição dos feitos no Tribunal far-se-á, na Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, criada nesta Resolução, mediante sorteio, pelo sistema eletrônico de processamento de dados. A ata respectiva será assinada pelo Ministro Presidente, encaminhando-se, a seguir, à publicação no Diário da Justiça e afixando-se cópia em lugar acessível do Tribunal, na conformidade do disposto no Ato previsto no artigo anterior.

**Art. 8º** A estatística do Tribunal, para os fins do artigo 37, da Lei Complementar n.35, de 14 de março de 1979, será apurada pelo sistema eletrônico de processamento de dados, na Subsecretaria de que trata esta Resolução, observado o disposto no Ato de que cogita o artigo 6º.

**Art. 9º** Dos cargos de Assessor Judiciário, criados pela Lei n. 6.005, de 19 de dezembro de 1973, e pelo Decreto-lei n.1.573, de 05 de setembro de 1977, dois (02) serão destinados ao assessoramento na área de informação e processamento de dados.

**Parágrafo Único.** O provimento dos cargos de Assessor Judiciário, de que trata o artigo, far-se-á nos termos do § 8º, do artigo 5º, do Ato n.1, de 07 de janeiro de 1974, com a redação dada pelo Ato n.17, de 11 de outubro de 1977.

**Art. 10** Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor a 15 de abril de 1980, salvo quanto aos artigos 7º e 8º que terão vigência após o provimento dos cargos de Ministro, nos termos previstos no artigo 134, da Lei Complementar n.35, de 14 de março de 1979.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE

Ministro JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA  
PRESIDENTE

ANEXO I

(Art. 4º da Res. n. 06/80)

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

CÓDIGO TFR-DAI-110

N. DE FUNÇÕES	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	<u>CORRELAÇÃO COM ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR</u>	
5	SEÇÃO	TFR-DAI-111.3
4	SETOR	TFR-DAI-111.2

ANEXO II

(Art. 5º da Res. n. 06/80)

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

CÓDIGO TFR-DAI-110

FUNÇÃO

CÓDIGO

SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

TFR-DAI-111.2 (NS):

SEÇÃO DE ESTATÍSTICA

TFR-DAI-111.1 (NS)

SEÇÃO DE ATUAÇÃO DE PROCESSOS

TFR-DAI-111.1 (NS)

SEÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO

TFR-DAI-111.1 (NS):